



Número: **0021314-04.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LEANDRO MACHADO DE CARVALHO (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
50957918	17/09/2019 15:11	IMPUGNAÇÃO AO LAUDO	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00213140420198172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEANDRO MACHADO DE CARVALHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **12.02.2018**, resultando em invalidez permanente.

Ocorre que o autor ingressou com pedido administrativo, momento em que foi realizada análise medica documental por profissional medico capacitado e durante o procedimento foi atestada a seguinte lesão, vejamos.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PARECER DE PERICIA MEDICA**PARECER DE ANALISE MEDICA****DADOS DO SINISTRO**

Número: 3190076175 Cidade: Jaboatão dos Guararapes Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: LEANDRO MACHADO DE CARVALHO Data do acidente: 12/02/2018 Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA FALANGE PROXIMAL DO 3º QUIRODÁCTILO DIREITO. FRATURA FECHADA DISTAL DO FÊMUR DIREITO ASSOCIADA À LUXAÇÃO DO JOELHO DIREITO E ROTURA DE LIGAMENTO CRUZADO POSTERIOR COM LESÃO DO NERVO FIBULAR.

Descrição do exame físico: VÍTIMA REFERE QUE NÃO SENTE "FIRMEZA" NO JOELHO AO APOIO PODAL. AO EXAME, APRESENTA LEVE HIPOTRÓFIA DA MUSCULATURA DA COXA E PERNA. AMPLITUDE DE MOVIMENTOS DO JOELHO DIREITO PRESERVADAS. REDUÇÃO DA DORSO-FLEXÃO DO TORNOZELO DIREITO. 3º QUIRODÁCTILO DIREITO SEM SEQUELAS. APRESENTOU ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES (18/10/18), EVIDENCIANDO MONONEUROPATIA DE NERVO FIBULAR COMUM À DIREITA COM DANO AXONAL MAS COM SINAIS DE REINERVAÇÃO NOS MÚSCULOS PROXIMAIS.

Resultados terapêuticos: VÍTIMA DE ACIDENTE MOTO-MOTO, REFERE TER SIDO SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO. LÁ PERMANECU INTERNADO ATÉ 20/02/18. REALIZADA CIRURGIA PARA CORREÇÃO DA FRATURA DO FÊMUR E LESÃO LIGAMENTAR. EM 16/03/18, PASSOU POR NOVA INTERNAÇÃO, DEVIDO DISTROFIA SIMPÁTICA REFLEXA EM PÉ DIREITO. PERMANECU INTERNADO ATÉ 21/03/18 PARA ANALGESIA. EM 18/04/18 E 27/04/18, FOI NOVAMENTE INTERNADO, DEVIDO RIGIDEZ DE JOELHO DIREITO, SUBMETIDO A LIBERAÇÃO EM BLOCO CIRÚRGICO. PERMANECU EM ACOMPANHAMENTO NO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA, NEUROCIRURGIA E FISIOTERAPIA.

Sequelae permanentes: Limitação funcional do membro inferior direito.

Sequelae: Com sequela

Data do exame físico: 11/02/2019

Conduta mantida:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau residual - 10 %	7%	R\$ 945,00
		Total	7 %	R\$ 945,00

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez do autor e assim atestou o percentual de 50% de incapacidade do membro inferior direito e 10% sobre o 3º dedo da mão direita

Outrossim, cumpre esclarecer que a Ré utilizou as regras da tabela inserida na Lei 11.945/09 e Sumula do 474 do STJ ao efetuar o pagamento administrativo no importe de R\$ 945,00(novecentos e quarenta e cinco reais), não sendo crível que a lesão tenha se agravado nesse período entre o pedido administrativo e o laudo pericial judicial.

Em razão da graduação e da ausência de informação, pugna a Ré pela intimação do Perito do juízo para que preste esclarecimentos acerca do elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação.



Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

DO LAUDO PERICIAL

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 17 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

